



Universidade Federal do Cariri – UFCA
Instituto de Formação de Educadores – IFE
Licenciatura em Pedagogia

**AVALIAÇÃO E RENDIMENTO ESCOLAR:
ANÁLISE DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL I**

Maria Raile Saraiva de Souza

Brejo Santo – CE
2026

MARIA RAILE SARAIVA DE SOUZA

**AVALIAÇÃO E RENDIMENTO ESCOLAR:
ANÁLISE DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL I**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto de Formação de Educadores da Universidade Federal do Cariri como requisito parcial à obtenção do título de licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Darliane Silva do Amaral

Brejo Santo-CE

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Cariri
Sistema de Bibliotecas

S729a Souza, Maria Raile Saraiva de.

Avaliação e rendimento escolar: análise dos professores do ensino fundamental I /
Maria Raile Saraiva de Souza. - 2026.

33 f. il. : color. 30 cm.

(Inclui bibliografia, p.31).

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Cariri,
Instituto de Formação de Educadores, Curso de Licenciatura em Pedagogia, Brejo
Santo, 2026.

Orientadora: Profa. Dra. Darliane Silva do Amaral.

1.Avaliação. 2. Rendimento Escolar. 3.Ensino Fundamental I. Amaral,
Darliane Silva do - orientadora. II. Título.

CDD 370

Bibliotecária: Maria Eliziana Pereira de Sousa – CRB 15/564

Universidade Federal do Cariri – UFCA
Instituto de Formação de Educadores – IFE
Licenciatura em Pedagogia

MARIA RAILE SARAIVA DE SOUZA

**AVALIAÇÃO E RENDIMENTO ESCOLAR: ANÁLISE DOS PROFESSORES DO
ENSINO FUNDAMENTAL I**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto de Formação de Educadores da Universidade Federal do Cariri como requisito parcial à obtenção do título de licenciado em Pedagogia.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Darliane Silva do Amaral
Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Prof. Dr. Samuel Morais Silva
Secretaria Municipal de Educação do Crato (SME)

Profa. Dra. Ana Paula dos Santos
Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Profa. Dra. Gercilene Oliveira de Lima
Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Brejo Santo, CE, 11 de fevereiro de 2026.

A todas as pessoas que guardo no coração e aos meus futuros educandos.

AGRADECIMENTOS

Meu Deus, por todos os dias dedicados ao Curso de Pedagogia e à elaboração deste trabalho, pude sentir o teu cuidado comigo. Sou grata por me permitires realizar esse sonho.

À Maria Cicera, minha querida mãe, pelo amor incondicional.

À Vital Antonio, meu falecido pai, pela doação e amor na minha criação.

À Thiago, meu companheiro de vida, que sempre acreditou em mim.

Aos meus irmãos: Aparecida, Denilson e Viviane, pelo carinho de sempre.

À Profa. Darliane Amaral, minha orientadora. Seus ensinamentos foram muito importantes. A senhora é uma pessoa e educadora maravilhosa.

Aos meus amigos do Curso de Pedagogia.

Aos docentes que concederam as entrevistas e aos profissionais das escolas nas quais realizei atividades pedagógicas do decorrer do curso.

Aos profissionais que compõem o Instituto de Formação de Educadores.

Ao Prof. Samuel, Profa. Ana Paula e Profa Gercilene pela análise do texto e composição da banca.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).

RESUMO

Este texto é a pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso, no qual tem como objetivo central, verificar e compreender como os professores avaliam os rendimentos escolares no Ensino Fundamental I, a fim de analisar se os professores estabelecem relação dos rendimentos com o contexto social e econômico dos estudantes. Portanto, buscamos identificar e analisar suas percepções acerca do processo de avaliação escolar adotado nos primeiros anos do ensino fundamental. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, realizada conforme os procedimentos metodológicos de um estudo de caso, orientado pelo seguinte problema de pesquisa: Em que medida os professores consideram o contexto social e econômico dos estudantes ao avaliar seus rendimentos escolares? O estudo foi realizado em uma escola da rede pública municipal da cidade de Brejo Santo, Ceará, nas quais três docentes atuantes nos anos iniciais do Ensino Fundamental participaram. Elas concederam entrevistas, que foram organizadas segundo as técnicas da análise de conteúdo, em uma categoria principal — Avaliação Escolar — e três subcategorias: Planejamento Escolar, O Processo de Avaliar e Rendimento Escolar. A pesquisa apontou que as professoras consideram que suas avaliações não são de natureza predominantemente quantitativa, havendo a observação como um componente cotidiano da rotina da sala de aula, sendo este um importante indicador de avaliação das aprendizagens das crianças. Consequentemente, é por meio da observação que as professoras elaboram o planejamento e definem o plano de aula, buscando atender às necessidades individuais de cada criança. Elas também consideram que os rendimentos escolares das crianças se manifestam de forma constante nas rotinas e se refletem em diversas dimensões avaliativas.

Palavras-chave: Avaliação. Rendimento Escolar. Ensino Fundamental I.

ABSTRACT

This text is the research for the Final Course Project, whose central objective is to verify and understand how teachers evaluate school performance in Elementary School I, in order to analyze whether teachers establish a relationship between performance and the social and economic context of the students. Therefore, we sought to identify and analyze their perceptions about the school evaluation process adopted in the early years of elementary school. This is a qualitative research, carried out according to the methodological procedures of a case study, guided by the following research problem: To what extent do teachers consider the social and economic context of students when evaluating their school performance? The study was conducted in a public school in the city of Brejo Santo, Ceará, in which three teachers working in the early years of Elementary School participated. The participants gave interviews, which were organized according to the techniques of content analysis, in a main category — School Evaluation — and three subcategories: School Planning, The Evaluation Process, and School Performance. The research indicated that the teachers consider their assessments not to be predominantly quantitative in nature, with observation being a daily component of the classroom routine and an important indicator of children's learning. Consequently, it is through observation that the teachers develop lesson plans and define their lesson plans, seeking to meet the individual needs of each child. They also consider that children's academic performance is constantly manifested in their routines and reflected in various evaluative dimensions.

Keywords: Assessment. Academic Performance. Elementary School

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Formação acadêmica.....	20
Quadro 2 –	Atuação docente na Educação Básica.....	20
Quadro 3 –	Atuação docente no período da pesquisa.....	21
Quadro 4 –	Matriz de categorização das entrevistas.....	21

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Dados do Programa Bolsa Família	15
------------	---------------------------------------	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

UFCA	–	Universidade Federal do Cariri
SAEB	–	Sistema de Avaliação da Educação Básica
IFE	–	Instituto de Formação de Educadores
TCC	–	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	–	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
CEP	–	Comitê de Ética em Pesquisa
CNS	–	Cartão Nacional da Saúde
LDBEN	–	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
PNAD	–	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
MDS	–	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1. Organização da Educação Básica.....	12
2.2. Relação Entre o Bolsa Família e a Escola.....	13
2.3. O Papel do Professor e o Ato de Avaliar os Estudantes.....	16
3. METODOLOGIA.....	18
4. RESULTADO E ANÁLISE DOS DADOS.....	20
4.1. Categoria I-Avaliação Escolar.....	21
4.1.1. Planejamento Docente.....	22
4.1.2. O Processo de Avaliar	24
4.1.3. Rendimento Escolar.....	26
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS.....	31

Me movo como educador, porque, primeiro, me movo como gente.

Paulo Freire

1. INTRODUÇÃO

O presente texto é resultado da investigação para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal do Cariri. Portanto, nossa intenção foi investigar e analisar o contexto escolar dos estudantes do Ensino Fundamental I da educação pública de Brejo Santo, com ênfase na percepção dos professores sobre como avaliam a relação dos rendimentos escolares e o contexto social e econômico de seus alunos.

Conforme a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996) – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) –, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Ensino Fundamental I compreende pela escolarização do 1º ano ao 5º ano. É estabelecido que o estudante deve ter no mínimo 200 dias letivos, portanto, é um tempo considerável da rotina de vida na escola. No artigo 24 da referida legislação são previstos os critérios de avaliação do rendimento escolar, em que o professor deve considerar o desempenho qualitativo e quantitativo do estudante; obrigatoriedade de recuperação para os casos de baixo rendimento escolar; avanço nas séries e anos dependendo dos rendimentos escolares; e controle da frequência dos dias letivos (Brasil, 1996).

No tocante ao controle da frequência dos alunos, um dos fatores principais é o vínculo da frequência escolar como requisito de permanência no Programa social Bolsa Família, instituído no governo do presidente Lula da Silva pela Medida Provisória 132, de 20 de outubro de 2003 sendo convertida em Lei no dia 9 de janeiro de 2004, pela Lei Federal nº 10.836. Altamente é a Lei 14.601 de 19 de junho de 2023, que institui o Programa Bolsa Família no âmbito do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. O Bolsa Família é um programa de transferência de renda que busca combater a fome e diminuir os indicadores de pobreza (Brasil, 2023). Assim, consideramos importante estabelecer relação entre o tema da educação e da situação social e econômica do estudante, pois dessa relação pode haver interferência direta no rendimento escolar.

Desse modo, para analisar o tema do rendimento escolar das crianças, precisamos nos manter atentos ao conjunto de elementos que estruturam o modo de vida social delas. Com isso, o estudo desta pesquisa considera importante o contexto social e econômico no qual os estudantes vivem. É essencial que as relações dialógicas entre professores e estudantes permitam vínculos de confiança, pela longa duração de tempo que ambos passam juntos na escola. Esse contato constante permite que se tornem mais próximos e façam

descobertas de experiências vivenciadas em suas vidas, ultrapassando apenas uma relação de conteúdo e rendimentos.

A escolha pela temática do rendimento escolar e o contexto social e econômico das crianças, surge inspirado na minha constituição humana ao longo do processo de escolarização na Educação Básica. Recordo-me que durante minhas vivências nos anos iniciais do Ensino Fundamental, mantive relação com colegas de sala de aula que se encontravam em situações econômicas precárias. Recordo-me que em vários momentos presenciei colegas chegando na escola com os responsáveis, para conversar sobre a compra do fardamento escolar que não tinha sido realizada. Além de momentos em que as professoras se deslocavam da sala de aula até a cozinha para pedir às merendeiras que antecipassem o lanche para algumas crianças que estavam com fome. Esses fatos foram guardados em minhas memórias e evidenciam curiosidades em saber como os professores analisam situações como aquelas como indicador importante no processo educativo da rotina escolar. Hoje, sou estudante do Curso de Pedagogia e vivencio o processo de formação docente, no qual trago minhas vivências escolares para reflexão. São lembranças delicadas que carrego comigo e me direcionam a reflexões sobre o poder da transformação que carregamos dentro de nós. Acredito que os educadores mudam vidas em suas doações diárias e que por mais simples que pareçam para outras pessoas, jamais passam despercebidas ou são insignificantes.

Esta pesquisa guiou-se pelo seguinte problema de pesquisa: **Em que medida os professores consideram o contexto social e econômico dos estudantes ao avaliar seus rendimentos escolares?**

De acordo com o problema de pesquisa, elaboramos os seguintes objetivos.

Objetivo Geral: verificar e compreender como os professores avaliam os rendimentos escolares no Ensino Fundamental I, a fim de analisar se os professores estabelecem relação dos rendimentos com o contexto social e econômico dos estudantes.

Objetivos Específicos: identificar a concepção de avaliação dos professores. Realizar entrevista com os professores da rede pública municipal, com o intuito de identificar como eles avaliam os rendimentos escolares. Realizar uma análise dos marcos legais que instituem as diretrizes para a educação pública nacional e o Programa Bolsa Família.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A garantia da educação básica no Brasil consolida-se na Constituição Federal como um marco importante para a população. Este documento foi promulgado em 5 de outubro de 1988 e considera-se extremamente importante para a educação por reconhecê-la como um direito de todos e dever do Estado, da família e da sociedade, ou seja, o Estado brasileiro tem obrigação de garantir o acesso e permanência à escolarização das crianças, dos adolescentes e dos adultos.

Em 1996, foi promulgado no Brasil, a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, cuja finalidade foi fixar normas para a organização e o funcionamento da educação nacional.

No que concerne à organização da educação básica, é descrita no art. 24 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, devendo observar os critérios a seguir: a carga horária mínima anual deve ser de 800 horas; o ano letivo deve compreender pelo menos 200 dias de efetivo atividade escolar, sem contar o tempo destinado as avaliações finais; a frequência mínima exigida é de 75%, a critério da escola; e a avaliação do aluno deve ser contínua e cumulativa. Dessa forma, cabe à instituição escolar assegurar o cumprimento dessas normas (Brasil, 1996). Portanto, cabe aos professores o dever de realizar a avaliação dos alunos de modo contínuo, ou seja, no decorrer do ano e das atividades escolares.

Conforme o artigo 24 da LDBEN, a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos (Brasil, 1996).

Portanto, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional– Lei nº 9.394/1996, o rendimento escolar é o grau de aproveitamento do aluno em relação às atividades educativas e aos objetivos de aprendizagem estabelecidos pela escola. O rendimento escolar avalia o desempenho do estudante ao longo do período letivo. Ele é mensurado por meio de avaliações contínuas e cumulativas, que consideram provas, participação em atividades e outros critérios definidos pela instituição. Está diretamente ligado à progressão do estudante, ou seja, a aprovação para a série ou etapa seguinte depende de um rendimento escolar considerado satisfatório. Como sabemos, no cotidiano da escola é determinado nota ou conceito de aprovação do estudante. A escola deve garantir acompanhamento e registro do desempenho de cada estudante, com o intuito de atestar o rendimento do estudante dentro da educação básica.

No Art. 22 é estabelecido que “a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (Brasil, 1996). Assim, os fins da educação básica no Brasil é contribuir para o exercício pleno da cidadania das pessoas ao longo da vida.

Consideramos que o acesso à educação possibilita um desenvolvimento consciente na vida dos seres humanos, permitindo não apenas o conhecimento técnico, mas a capacidade de questionar estruturas sociais opressoras.

Desse modo, constatamos que a educação atua como instrumento de emancipação, rompendo ciclos injustos que determinam o segmento de vida dos cidadãos e os impedem de exercer seus direitos. Nesse sentido, dialogamos com o educador Paulo Freire que sustentava a ideia de uma educação libertadora, baseada na leitura crítica do mundo que conscientiza o lugar que os sujeitos possuem na sociedade.

2.2 RELAÇÃO ENTRE O BOLSA FAMÍLIA E A ESCOLA

Conforme citado no tópico anterior, o Brasil promulgou a Constituição Federal em 1988 e aprovou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996. Desse modo, trata-se de legislações relativamente recentes, cuja efetivação ainda representa um desafio, especialmente diante do histórico de profundas desigualdades sociais no país. O Brasil é um país que possui intensidade nas desigualdades sociais principalmente na distribuição de renda. Esse fenômeno é um dos mais problemáticos, pois implica diretamente na qualidade de vida e nas relações sociais das pessoas.

Como alternativa de combate à extrema pobreza o governo brasileiro cria o Programa Bolsa Família - PBF tendo suas origens em 2003. Este programa configura-se no cenário nacional como política pública que atua no “processo gradual e progressivo de implementação da universalização da renda básica de cidadania, na forma estabelecida no parágrafo único do art. 6º da Constituição Federal e no caput e no § 1º do art. 1º da Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004” (Brasil, 2023).

O Programa Bolsa Família foi sancionado pela Lei n. 10.836/2004 no âmbito do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Atualmente é regulamentado pela Lei nº 14.601, de 19 julho de 2023. A força deste programa advém da união de vários programas federais que têm como base transferências de renda aos beneficiários do programa.

Assim, podemos interpretá-la como uma ferramenta política do Estado voltada a todos, visando assegurar direitos sociais básicos, sobretudo articulando “ações de saúde, de educação, de assistência social e de outras áreas que atendam o público beneficiário, executadas pelos governos federal, estaduais, municipais e distrital” (Brasil, 2023). No artigo 3º, constam os objetivos centrais do Programa Bolsa Família:

- I - combater a fome, por meio da transferência direta de renda às famílias beneficiárias;
- II - contribuir para a interrupção do ciclo de reprodução da pobreza entre as gerações; e
- III - promover o desenvolvimento e a proteção social das famílias, especialmente das crianças, dos adolescentes e dos jovens em situação de pobreza. (Brasil, 2023).

Portanto, um dos mecanismos de atendimento aos objetivos do programa é promover o desenvolvimento e proteção social das crianças e dos adolescentes com acesso e permanência na escola. Os programas sociais atuam de modo articulado. Por exemplo, no contexto escolar, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em seu artigo 4º, é dever do Estado garantir padrões mínimos de qualidade, assegurando material didático, transporte escolar e alimentação, o que se efetiva por meio de programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), entre outros.

Conforme divulgado em dezembro de 2025 no site oficial do Programa Bolsa Família, o programa contempla 18,7 milhões de beneficiários, sendo a Região Nordeste aquela que concentra o maior número de pessoas atendidas.

Figura 1-Dados do Programa Bolsa Família



Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

O Programa teve o primeiro diagnóstico com base nas informações do censo da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) que contribuiu como aparato para acompanhar o roteiro da taxa de extrema pobreza e que prossegue realizando essa coleta ano a ano. Para que o PNAD obtenha os dados necessários para as demandas do programa, a população é submetida ao registro no Cadastro Único (CadÚnico).

O CadÚnico é um instrumento de identificação dos beneficiários e está diretamente relacionado à existência de regras e princípios que norteiam a qualificação dos recursos humanos. Essa estratégia advém do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

A relação entre o Bolsa Família e a escola é direta e estratégica, porque o programa condiciona o recebimento do benefício à frequência escolar das crianças e adolescentes da família beneficiária. As crianças e adolescentes de famílias beneficiárias devem frequentar a escola regularmente, sendo exigida 75% de presença escolar para que a família continue inserida no programa e que tenham crianças e adolescentes de 6 (seis) anos a 18 (dezoito) anos de idade. Deste modo, busca promover o direito à educação, diminuição da evasão escolar, garantia dos padrões mínimos de qualidade, pois famílias em situação de vulnerabilidade econômica têm incentivo financeiro para manter seus filhos na escola.

Observa-se que as crianças pobres enquanto componentes do público das instituições escolares são direcionados pela família numa perspectiva de cumprir com as regras por dependerem financeiramente do programa. Com isso, destaca-se que a frequência de estudantes que constituem uma parte considerável das instituições escolares são os estudantes pobres e como consequência dessa vinculação a relação que existe entre ambas as partes é de dependência. Dessa maneira, torna-se imprescindível equilibrar as práticas pedagógicas para que acolham os estudantes de forma mais sensível frente às suas realidades.

Nessa perspectiva, identifica-se possibilidades de contribuição do programa na área da Educação, visto que as instituições escolares podem desempenhar um papel importante na formação humana e cidadã das pessoas.

2.3 O PAPEL DO PROFESSOR E O ATO DE AVALIAR OS ESTUDANTES

O artigo 3º da LDBEN apresenta os princípios que orientam o ensino no Brasil, portanto, o ensino deve guiar-se pela condução de atividades pedagógicas que promovam no cotidiano da escola, liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o saber; pluralismo de ideias; respeito a diversidade cultural; respeito à liberdade e à tolerância; vinculação entre educação, trabalho e práticas sociais; respeito à diversidade, especialmente étnico-racial; valorização da experiência extraescolar; e, valorização dos saberes dos estudantes (Brasil, 1996). Assim, o papel do professor na LDBEN é amplo e ultrapassa a função conteudista.

No que concerne ao ato de avaliar no Ensino Fundamental I, a LDBEN estabelece que os aspectos quantitativos não devem prevalecer sobre os qualitativos. Ou seja, a

avaliação não deve se basear exclusivamente em resultados numéricos, priorizando a análise qualitativa do processo escolar da criança. Para Luckesi, “o educando não vem para a escola para ser submetido a um processo seletivo, mas sim para aprender e, para tanto, necessita do investimento da escola e de seus educadores, tendo em vista efetivamente aprender” (Luckesi, 2011, p.29). O autor critica fortemente o sistema de avaliação, afirmando que este se configura como autoritário e predominantemente quantitativo. Na visão dele, o erro cometido pelo estudante merece análise do professor, pois o papel do professor é promover emancipação e autonomia dos estudantes (Luckesi, 2011).

Observando o cotidiano escolas das instituições públicas, verificamos o peso das avaliações, pois pontuam escolas, estudantes e definem marcos quantitativos como definidores no processo de educação. Para acompanhar o desempenho escolar nas instituições básicas de ensino, o Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB é utilizado para classificar os níveis de aprendizagens das crianças. O SAEB possui uma política de avaliação do rendimento escolar que busca aprovações ou reprovações dos estudantes por meio do processo de ensino-aprendizagem das áreas de importância estabelecidas nas diferentes etapas de escolarização.

Ao refletir o papel do professor e estabelecer relação com o ato de avaliar, recordamos Paulo Freire: “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (Freire, 1996, p. 24). O autor defende que os conhecimentos são construídos no processo dialógico entre professor e o estudante, em que ambos estão em relação e produzem processo significativo de aprendizagem.

3. METODOLOGIA

A pesquisa é de abordagem qualitativa, concentrada em analisar e compreender perspectivas dos docentes que atuam na Educação Básica, do contexto escolar de Brejo Santo. Essa metodologia orienta pesquisa científica, contemplando os aspectos mais subjetivos das relações sociais e colabora na formação de conceitos que conduzem os comportamentos humanos. Conforme Minayo (2003, p.21) a abordagem qualitativa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. A autora enfatiza a abordagem qualitativa como um campo repleto de possibilidades de observações, significados e um contribuinte reflexivo e analítico num determinado contexto.

O tipo de pesquisa que se alinha com os objetivos elencados nesta investigação é o estudo de caso, abordagem comumente aplicada na educação e nas ciências sociais. Assim, faz-se necessário que durante o desenvolvimento teórico que corresponde às etapas estabelecidas a coleta de dados dialoguem sobre as conclusões desejadas (Yin, 2001). O estudo de caso é considerado uma pesquisa de campo por ser realizado em ambientes naturais, diferentemente de pesquisa realizada exclusivamente em um espaço controlado, como um gabinete ou laboratório. O estudo de caso se caracteriza como uma “investigação empírica que estuda um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (Yin, 2001, p. 21). Na presente pesquisa, o contexto real é a instituição escolar.

Investigando os instrumentos de coleta de dados utilizados em metodologia de abordagem qualitativa, escolhemos que o instrumento mais adequado para responder o problema de pesquisa foi a entrevista semiestruturada. Para as autoras Marconi e Lakatos em sua obra Fundamentos de Metodologia Científica:

a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social. (Marconi e Lakatos, 2003, p.195).

Sendo assim, essa estratégia de coleta de dados prezou pelo diálogo e comunicação verbal de forma mais investigativa entre os envolvidos. A escolha da entrevista

semiestruturada foi em atendimento aos objetivos da pesquisa e por considerá-la como ferramenta ideal para responder ao problema da pesquisa. Segundo Marconi e Lakatos (2003), a técnica aplicada organiza-se numa entrevista semiestruturada pela flexibilidade de exploração de questionamentos que podem surgir no momento da conversação e do diálogo entre entrevistador e entrevistado. Outro contributo importante é a escuta atenta, habilidade indiscutível para avaliar as informações facilitando a compreensão sobre a percepção de mundo dos entrevistados, visto que mantêm relação com componentes afetivos e sentimentais (Marconi e Lakatos, 2003).

O público-alvo da pesquisa foi composto por três docentes da rede pública municipal da cidade de Brejo Santo- CE, que lecionam nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O motivo da escolha por esse grupo de professores é pelo fato de logo no 1º Ano os estudantes já serem submetidos aos processos de avaliação quantitativa. Assim, todos eles são cobrados para que atinjam os bons rendimentos escolares. Isto é, desde o início do ano letivo, no 1º ano, os estudantes (crianças) já são inseridos na rotina das provinhas e na cobrança pelos resultados quantitativos altos. Afirmamos que todos os entrevistados autorizaram o uso das informações para finalidade acadêmica.

Realizamos o tratamento das informações com Análise de Conteúdo (Bardin, 2011). Ainda, seguimos os procedimentos éticos e orientações da Resolução do CNS/Ministério da Saúde, de Nº 466, promulgada em 12 de dezembro de 2012, cuja regulamentação em suas normas prevê o respeito pela dignidade humana com destaque na proteção necessária aos participantes de pesquisas de caráter científico.

4. RESULTADO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste tópico do texto, apresentamos os resultados das entrevistas. Foram entrevistadas três professoras que estavam atuando em sala de aula, no contexto escolar da educação pública, em Brejo Santo-Ceará. É importante ressaltar que elas autorizaram a gravação das entrevistas, bem como o uso das informações para esta pesquisa. Todas as falas diretas estarão citadas no corpo do texto em itálico e entre aspas. Atribuímos nomes fictícios às participantes para preservar suas identidades, a saber: Margarida, Orquídea e Lírio. Deste modo, destacamos informações importantes da caracterização das professoras.

Quadro 1 – Formação Acadêmica

Entrevistada	Formação Inicial	Especialização <i>Lato Sensu</i>
Margarida	Licenciatura em História e Licenciatura em Pedagogia	Psicopedagogia Clínica e Institucional
Orquídea	Licenciatura em Pedagogia	Psicopedagogia
Lírio	Licenciatura em Pedagogia	Gestão Escolar Ludopedagogia

Fonte: Elaboração própria

Lembramos que as três atuam no contexto escolar do município em que residem, isto é, educação pública de Brejo Santo, fato importante, para ampliar o conhecimento da realidade social, econômica e cultural dos estudantes. Ademais, com o propósito de ressaltar o tempo de experiência delas no momento da pesquisa, destacamos no quadro 2, informações do tempo de atuação nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, bem como o tempo de atuação na educação pública brasileira.

Quadro 2 - Atuação docente na Educação Básica

Entrevistada	Experiência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Experiência na educação
Margarida	2 anos	20 anos
Orquídea	26 anos	26 anos
Lírio	5 anos	10 anos

Fonte: Elaboração própria

Portanto, conforme destacado acima, o período de atuação na educação básica é significativo. As três já possuem vasta experiências na docência para colaborar de modo expressivo nesta pesquisa.

Ainda no tocante à caracterização das professoras entrevistadas, propomos o quadro 3, cujo destaque é para a série na qual Margarida, Orquídea e Lírio atuavam no momento da entrevista, bem como a carga horária em que estão comprometidas. Sublinho que as duas primeiras professoras, atuam em escola de tempo integral.

Quadro 3 - Atuação docente no Período da Pesquisa

Entrevistada	Série de atuação no momento da pesquisa	Carga-horária
Margarida	4º ano	40 horas/aula
Orquídea	2º ano	40 horas/aula
Lírio	4º ano	40 horas/aula

Fonte: Elaboração própria

4.1 CATEGORIA I- AVALIAÇÃO ESCOLAR

Para guiar o processo de sistematização das informações, criamos a Categoria Avaliação Escolar, seguida de três subcategorias de análise, conforme descritas no quadro abaixo. O intuito de investigação desta categoria deu-se na averiguação do posicionamento da professora no que concerne aos aspectos da avaliação e em relação do rendimento escolar das crianças no Ensino Fundamental I. Portanto, foi nosso interesse identificar os aspectos presentes na avaliação e como eles são analisados pelas professoras entrevistadas.

Quadro 4 – Matriz de Categorização das Entrevistas

Categoria I	Subcategoria
Avaliação Escolar	Planejamento Docente
	O processo de Avaliar
	Rendimento Escolar

Fonte: Elaboração própria

4.1.1 Planejamento Docente

Na visão das professoras entrevistadas, os planejamentos docentes devem sustentar suas intencionalidades pedagógicas em relação aos conteúdos e às diversas atividades que serão desenvolvidas em sala de aula. Para elas, os planejamentos precisam organizar-se de modo a tornar a aprendizagem mais acessível aos estudantes, conforme refletido por Margarida:

“É importante a gente planejar nossas aulas centrada no aluno. Um objetivo que venha facilitar essa troca de ensinar e aprender, porque eu só ensino quando o aluno aprende. Então é preciso traçar objetivos que facilitem essa aprendizagem centrada no aluno para que ele consiga aprender de forma eficaz”(Margarida).

No artigo 13 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, é previsto obrigatoriedades aos docentes, a saber:

- I-participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III - zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade (Brasil, 1996).

Na nossa opinião, o planejamento pedagógico representa uma responsabilidade legal e social com os estudantes. A educação escolar precisa manter relação com tudo que implica a nossa consciência social, por isso não pode ser uma escolarização autoritária. É importante que o planejamento docente contemple os conhecimentos demonstrados pelos estudantes, em que eles tenham espaço para demonstrar suas curiosidades, fazer questionamentos sobre o mundo e possibilite compreensão da sua própria existência.

As professoras entrevistadas ressaltam a importância de o planejamento ser flexível e aproximar os conteúdos sistematizados com os gostos pessoais das crianças, pois assim, é possível despertar o interesse delas.

“Eu sempre faço os planejamentos em cima dos anseios e gostos dos meninos, algo que eu sei que vai chamar a atenção deles, com uma leitura, uma ilustração, algo que despertará um maior interesse. Também há a necessidade de enfatizar as dificuldades que ainda existem e que vêm sendo observadas diariamente.”
(Orquídea).

Na tentativa de apresentar os conteúdos escolares aos educandos de maneiras que eles possuam sentidos, destacamos a reflexão da professora Lírio:

“Quando eu vou planejar e organizar as aulas sempre procuro pensar no aluno. Assim, procuro formas mais fáceis de compreender aquele assunto e aí no momento que estou planejando-me não procuro fazer um plano mirabolante, perfeito, cheio de coisas que no fundo a gente sabe que não vai facilitar no aprendizado da criança. Então, procuro fazer coisas simples que chamem a atenção, sempre algo lúdico para despertar o interesse deles e fazer com que eles realmente compreendam, então sempre que vou planejar penso na criança, como ela vai aprender de fato”
(Lírio).

A professora Lírio reflete de modo direto e real sua intencionalidade no planejamento. Afirma que elabora um planejamento que contempla o contexto do estudante em sala de aula, e que o planejamento seja possível de ser realizado.

Na nossa visão, as reflexões das três professoras sobre o planejamento pedagógico demonstram um olhar cuidadoso para os estudantes, pois ambas relacionam o plano de aula ao contexto do estudante e da escola. Da fala das professoras é possível concluir que é inválido elaborar aulas extraordinárias que não contemplem os estudantes de maneira completa. Dessa forma, Margarida, Orquídea e Lírio destacam que o plano de aula deve estar de acordo com a realidade à qual as crianças pertencem, priorizando propostas simples e significativas, que realmente facilitem o processo de aprendizagem.

As falas das professoras nos levam a considerá-las como profissionais comprometidas humanamente com o trabalho que realizam no cotidiano da educação pública. Nessa perspectiva, quando os professores assumem uma prática pedagógica centrada na criança, suas ações contribuem para a luta em defesa dos direitos e da dignidade de que os educandos necessitam para serem compreendidos como sujeitos participantes da sociedade, com identidades próprias e modos singulares de se apresentar ao mundo.

Numa apreciação da prática pedagógica, cabe ressaltar um fragmento dos escritos do livro *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*:

Como posso respeitar a curiosidade do educando se, carente de humildade e da real compreensão do papel da ignorância na busca do saber, temo revelar o meu desconhecimento? Como ser educador, sobretudo numa perspectiva progressista, sem aprender, com maior ou menor esforço, a conviver com os diferentes? Como ser educador, se não desenvolvo em mim a indispensável amorosidade aos educandos com quem me comprometo e ao próprio processo formador de que sou parte? Não posso desgostar do que faço sob pena de não fazê-lo bem (Freire, 1996, p. 65-66).

A citação de Freire refere-se à necessidade de os professores reconhecerem a importância de escolher caminhos que possibilitem uma troca genuína e respeitosa com os estudantes. Refletimos, sobre pontos cruciais para a concretização dessa prática pedagógica, que se inicia na humildade da escuta atenta e na abertura a novas ideias, demonstrando respeito à curiosidade e saberes dos estudantes.

4.1.2. O Processo de Avaliar

No contexto da escolarização do Ensino Fundamental I, a avaliação deve ser cumulativa, observando os fatores qualitativos e quantitativos (Brasil, 1996).

Na visão da professora Margarida, o processo de avaliação dos estudantes deve acontecer em conjunto com diferentes aspectos da vida do estudante. Para ela, o ato de avaliar precisa ser observado pela professora em todos os momentos vividos na sala de aula e não apenas por meio de um exame formal. Com isso, sua maneira de fazer um diagnóstico avaliativo é pela observação, participação, comportamento e desenvoltura geral do estudante, considerando que:

“A avaliação é dada de modo geral. A gente avalia o aluno no comportamento, avalia nas observações, na realização de tarefas. Avaliação é um conjunto de aspectos que a professora avalia o aluno num todo, considerando sua totalidade. A gente sabe que avaliar não é fácil. Mas a partir das observações podemos fazer com que a dificuldade do aluno seja mediada de forma que ele venha aprender com mais facilidade. As formas que adoto de avaliação são: observação, participação, comportamento, desenvoltura. São várias avaliações que faço no decorrer da aula e da semana” (Margarida).

Na concepção de avaliação da professora Margarida são considerados vários aspectos presentes no estudante, ela ressalta a observação como um fator essencial no processo de avaliar.

A professora Orquídea transparece a preocupação de voltar-se para uma averiguação dos seus próprios objetivos e métodos, como podemos observar quando ela afirma:

“Na minha opinião, avaliação é um processo de avaliar não só a aprendizagem dos alunos, mas também os objetivos que eu programei no meu planejamento, os métodos utilizados, se estão realmente fazendo efeito, se as crianças estão aprendendo. É analisar os pontos que foram positivos nas minhas aulas e os que não foram bons. O momento de avaliar é um momento que a gente olha individualmente cada criança e ver suas necessidades ao ponto que a gente possa pensar novas estratégias, com o intuito de ajudar os estudantes. Minha forma de avaliar acontece constantemente e, diariamente. Na minha turma não tem prova somativa, não adoto período de provas, as crianças são avaliadas desde o início do ano até o final. Os avanços são observados dia a dia. Também utilizo a avaliação diagnóstica: é feita no início do ano, individualmente com cada criança, para analisar o nível de cada chegou. E ao final de cada semestre eu faço novamente essa avaliação, para ver os avanços que houve. No final do ano letivo, consolido essa avaliação realizada durante o ano todo, fazendo o confronto de como peguei a criança e como ela está finalizando o ano”
(Orquídea).

Ao analisar o processo de avaliação da professora Orquídea, é notório que ela busca atentar-se às necessidades individuais de cada criança, com o intuito de pensar outras possibilidades de ajudá-las a avançar no conteúdo. Recordo que ela é docente no 2º ano, e esta série é submetida aos processos de avaliação do SAEB, o que aumenta a responsabilidade nos resultados das crianças. Mas, ainda estando numa turma de 2ºano, ela afirma não utilizar aplicação de provas tradicionais, mas avaliações diagnósticas que buscam fazer uma sondagem das crianças durante todo o ano letivo.

Seguindo o mesmo raciocínio de conceber o ato avaliativo como um processo contínuo, a professora Lírio declara que é necessário saber se a criança está conseguindo compreender os conteúdos que estão sendo ensinados:

“Na minha opinião, a avaliação é o ato da gente avaliar se a criança está compreendendo o que estamos tentando transmitir para ela. Nós não

trabalhamos com provas mensais ou bimestrais, não seguimos essa linha, a gente trabalha avaliando a participação, o desempenho nas atividades, no levantamento de questionamentos, resolução das atividades propostas, avalio seguindo essa linha de pensamento” (Lírio).

Todas as colocações expostas por Margarida, Orquídea e Lírio demonstram uma visão reflexiva de avaliação, pautada na criança e priorizando processos contínuos no Ensino Fundamental I. Dessa forma, podemos afirmar que essas ideias corroboram Luckesi (2011), que entende a avaliação como um ato emancipatório, analisando o contexto da aprendizagem e buscando superar modelos tradicionais classificatórios.

Ressaltamos que as professoras consideram a avaliação como uma ferramenta para observar a rotina da sala de aula e para auxiliar os estudantes na aquisição dos conteúdos. Embora as professoras tenham expressado uma concepção de avaliação pautada na observação dos estudantes e na ausência de provas quantitativas, ainda assim fica evidente o foco nos conteúdos escolares. Nas entrevistas, não foi expressa a relação entre o cotidiano da escola e o contexto social da criança. Fato que sugere a prevalência do processo avaliativo é essencialmente com ênfase na aprendizagem dos conteúdos.

4.1.3 Rendimento Escolar

O uso do termo rendimento escolar é em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, cuja referência trata da avaliação do estudante ser realizada de modo cumulativo e contínuo durante todo o ano letivo, portanto, não ser restrita aos exames quantitativos (Brasil, 1996). Os rendimentos escolares dizem respeito ao desempenho acadêmico dos estudantes e são avaliadas por meio das produções, frequência, notas e aproveitamentos em outras provas realizadas durante o ano letivo e demais atividades escolares.

Conforme a professora Orquídea, em sua turma do 2º ano, ela observa os rendimentos escolares como um todo: o comportamento e o desempenho geral das crianças. Há uma ênfase nos rendimentos das áreas de Língua Portuguesa e Matemática, sendo observados aspectos como a escrita, leitura, organização das letras, as quatro operações matemáticas e jogos numéricos, ou seja, a alfabetização e o letramento das crianças. Ao final do primeiro e do segundo semestre, é atribuída uma nota ao estudante. Considera-se aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 6 (seis). Essa nota resulta da soma da

observação do comportamento da criança, do cumprimento das atividades realizadas em sala de aula, da participação nas atividades e da realização das tarefas escolares.

Perguntamos à professora Margarida sobre como ela avalia as notas das crianças. Ela expressa que as crianças têm ritmos diferentes de aprendizagem, algumas assimilam com mais rapidez em detrimento de outras. Assim, o fato de alcançar ou não pontuações maiores estão relacionadas à adaptação dos estudantes ao conteúdo abordado.

“As crianças que alcançam pontuações mais altas já possuem um processo de aprendizagem mais acelerado e aprendem com mais facilidade. Porém, as crianças que apresentam pontuações mais baixas, devido ao seu tempo e ritmo de aprendizagem, podem ser mais lentas. Isso não significa que elas não aprendem; elas irão aprender no seu próprio tempo. A gente não pode compará-las com os demais, pois cada criança tem seu ritmo. Vamos usar estratégias e maneiras de chegar nessa criança e fazer com que ela possa progredir igualmente e avançar como os demais” (Margarida).

É interessante enfatizar que a professora pontua a realidade dos seus estudantes de modo que valorize seus ritmos individuais, distanciando-se de comparações específicas. Essa posição empática resulta em pontos positivos na relação entre ela e os estudantes e entre os próprios estudantes, pois eles aprendem a respeitar o limite do outro.

Ainda sobre a avaliação do rendimento dos estudantes, a professora Orquídea reflete sobre os aspectos que caracterizam um desempenho considerado satisfatório ou insatisfatório, sem relacioná-los a fatores externos ao ambiente escolar.

“As crianças que faltam e que não participam não tem interesse no que está sendo visto em sala de aula. São apáticas. Não tem interesse e não participam no momento das aulas. As crianças que têm melhores êxito são as crianças ativas. Que estão sempre presentes na sala. É assim que analiso os rendimentos escolares das minhas crianças” (Orquídea).

Analisando as palavras da professora Orquídea, percebe-se que ela considera indiscutível a relação entre participação e interesse das crianças para a obtenção de bons resultados escolares. Ela pontua que a frequência, aliada ao interesse pelo conteúdo e à participação nas atividades propostas, contribui diretamente para o rendimento. Consequentemente, os estudantes que se afastam desses aspectos e não se envolvem na construção do conhecimento tendem a apresentar resultados que não são exitosos.

No que se refere à análise da professora Lírio, foi ressaltada a importância da presença dos familiares na vida dos estudantes. Ela afirma que o compromisso da família com a educação é fundamental para o bom rendimento das crianças. Nesse sentido, se os estudantes receberem o suporte necessário na instituição e o incentivo de professores e gestores, mas não contarem com o apoio dos responsáveis, podem não alcançar resultados satisfatórios. Por outro lado, quando há essa parceria entre família e escola, os rendimentos tendem a ser significativamente melhores.

“A gente sabe que a família contribui de forma inexplicável para a aprendizagem, para o desenvolvimento da criança. Não adianta apenas eu professora fazer meu papel, a escola fazer o papel da escola e a família não fazer o papel dela em casa. Às vezes, a criança pode ser uma criança que se interesse e que quer estudar, mas se ela não tiver o incentivo em casa, apenas o incentivo da escola, acaba se tornando complicado. A gente sabe que quando a criança tem apoio familiar, o rendimento dela é muito grande e elevado. E quando falta apoio familiar, o rendimento não é significativo” (Lírio).

Considerando as reflexões das três professoras entrevistadas, é importante reconhecer que há um esforço para contemplar tanto os aspectos qualitativos quanto os quantitativos na rotina escolar da criança. No entanto, ainda prevalecem os aspectos quantitativos, uma vez que, ao final do ano letivo, o estudante precisa alcançar a média 6,0 (seis) para ser classificado com bom rendimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de caso teve como objetivo geral verificar e compreender como os professores avaliam os rendimentos escolares no Ensino Fundamental I, a fim de analisar se os professores estabelecem relação dos rendimentos com o contexto social e econômico dos estudantes.

Ao entrevistar três professoras do contexto da educação pública municipal de Brejo Santo-Ceará, elencamos a categoria Avaliação Escolar e três subcategorias, a saber: Planejamento Escolar; O Processo de Avaliar; e, Rendimento Escolar para análise das informações das entrevistas.

Da análise de conteúdo realizada na pesquisa ficou evidente os seguintes aspectos:

- O planejamento escolar é realizado mediante observação dos estudantes, que demonstram interesses e necessidades individuais;
- O plano de aula é uma proposta pedagógica real, considerando o contexto da sala de aula e dos estudantes, bem como as condições de sua realização;
- A concepção de avaliação das professoras é caracterizada pela observação individual e em grupo no decorrer do ano letivo;
- As professoras avaliam de modo contínuo;
- As professoras no contexto escolar do Ensino Fundamental I não realizam prova para conceito quantitativo;
- A avaliação dos rendimentos escolares contempla a participação dos estudantes nas atividades escolares; integração e adequação à rotina da sala de aula;
- Os rendimentos escolares são avaliados havendo uma prevalência para aquisição de conteúdos;
- Ao final do semestre letivo e ao final do ano, o estudante recebe uma nota atribuída com base nas avaliações realizadas ao longo do período letivo, sendo 6,0 (seis) a nota mínima considerada válida para a sua aprovação.

É importante referir que no artigo 22 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, consta que a finalidade da educação básica é desenvolver o estudante para o exercício da cidadania. No artigo 27, constam os conteúdos curriculares na formação do cidadão, descritos como “difusão de valores fundamentais ao interesse social, direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática” (Brasil, 1996). Portanto, consideramos importante refletir se o sistema escolar, tal como está organizado,

consegue efetivamente promover a formação do cidadão para o pleno exercício da cidadania.

O Brasil é um país que investe anualmente bilhões do orçamento da União no Programa Bolsa Família, voltado ao combate à fome e à pobreza extrema, sendo esse um programa associado à permanência dos estudantes nas escolas públicas. O fato do estudante permanecer na escola é um indicador estatístico importante, mas não define formação humana para o exercício da cidadania. Compreendemos que a escola ainda reproduz ações autoritárias, por isso, é necessário que o docente seja um agente de mudanças. Nas palavras de Pedro Demo, “o compromisso do professor é enorme, porque, na prática, é ele que seleciona o que o aluno vai ler. Precisa ter formação suficiente para gerar alternativas e nunca deixar desaparecer no horizonte da escola que se trata de ler o mundo” (Demo, 2009, p.41).

As três professoras entrevistadas destacaram que não adotam os modelos tradicionais de avaliações bimestrais, pois optam pela observação dos rendimentos escolares nas relações diárias da rotina semanal e anual, e nessa concepção de avaliação, contemplam diversos aspectos dos estudantes. Contudo, não demonstraram crítica ao sistema escolar e nem aos seus próprios métodos de avaliação, que de modo geral, estão sob a tutela das notas e dos rendimentos escolares da aquisição dos conteúdos.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. **Ministério de Educação e Cultura**. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: Diário Oficial da União, 13 jun. 2013. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 2 fev. 2026.
- BRASIL. **Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023**. Institui o Programa Bolsa Família; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e 14.342, de 18 de maio de 2022, e a Medida Provisória nº 1.155, de 1º de janeiro de 2023. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 161, n. 116, p. 1, 20 jun. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/lei/114601.htm. Acesso em: 2 fev. 2026.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2 fev. 2026.
- DEMO, Pedro. **Leitores para sempre**. Porto Alegre: Mediação, 2009.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. 25º ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MARCONI, Marina.; LAKATOS, Eva. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução: Daniel Grassi. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. ISBN: 8573078529.